

DE ORMUZ À UCRÂNIA E À ENCRUZILHADA ESTRATÉGICA DA ARGENTINA

A guerra na Ucrânia e a crise no Golfo Pérsico expõem um novo tabuleiro onde energia e recursos são armas; em conflitos irrestritos, a soberania depende não de possuir riquezas, mas de convertê-las em poder estratégico.

Gabriel Camilli*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Como afirmamos na semana passada no *Velho General*, em nosso artigo [Duas Frentes da Mesma Guerra Global](#): “as guerras na Ucrânia e no Irã estão profundamente interligadas pela convergência de interesses militares, competição por recursos pelo ocidente e estratégias de evasão econômica.” Seguindo essa linha de raciocínio, aprofundaremos este tema hoje.

O sistema internacional está passando por uma profunda transformação, que carrega os sons da guerra. Longe dos modelos clássicos de confronto militar direto, a competição entre potências está se deslocando para arenas menos visíveis, porém mais decisivas: energia, infraestrutura crítica, fluxos comerciais e estabilidade de mercado. Nesse novo cenário, a noção de conflito se amplia e se torna difusa. Não se trata mais apenas de guerras declaradas, mas sim de uma luta permanente pelo controle dos vetores que sustentam o funcionamento do sistema global.

A crise no Golfo Pérsico, particularmente em torno do Estreito de Ormuz, deve ser

compreendida dentro dessa estrutura. Não se trata de um incidente isolado ou de uma anomalia regional, mas de uma manifestação concreta de uma lógica mais ampla: o uso de gargalos estratégicos como instrumentos de poder. O controle – ou a capacidade de desestabilizar – esses nós redefine as relações de poder e condiciona as decisões dos atores globais.

DUAS INTERPRETAÇÕES

Nesse contexto, coexistem duas interpretações que, longe de serem mutuamente exclusivas, revelam diferentes dimensões do mesmo fenômeno. Por um lado, há a visão de R. Ianuzzi, que alerta para os riscos de uma estratégia de “*domínio energético*” que, ao tentar controlar os fluxos globais, acaba gerando rupturas sistêmicas com efeitos econômicos imprevisíveis. Por outro lado, Pablo Falconio, em uma leitura mais clássica, argumenta que as potências hegemônicas não entram em colapso diante dessas crises, mas se adaptam, redistribuem funções e preservam sua primazia por meio de mecanismos indiretos, incluindo a delegação operacional a aliados.

A realidade atual sugere que ambas as dinâmicas estão em jogo simultaneamente. O choque energético é real, com efeitos inflacionários e contracionistas em escala global. Mas, ao mesmo tempo, não estamos testemunhando um colapso do sistema, mas sim uma reconfiguração sob pressão, na qual os principais atores buscam conter a escalada sem abrir mão de suas posições estratégicas. Este cenário não pode ser totalmente compreendido sem considerar o precedente imediato da guerra na Ucrânia. Lá, a energia consolidou-se como instrumento de poder: o gás é uma ferramenta de pressão sobre a Europa, forçando a União Europeia a reconfigurar rapidamente suas fontes de abastecimento. O resultado foi um efeito duplo: um impacto econômico significativo e, ao mesmo tempo, uma reafirmação – ainda que tensa – da liderança ocidental.

Nesse contexto, a destruição dos gasodutos Nord Stream introduziu um elemento adicional de complexidade e controvérsia. Além da falta de atribuição conclusiva (há fortes indícios que apontam para elementos do chamado Ocidente como perpetradores), o episódio deixou um sinal inequívoco: a infraestrutura energética crítica deixou de ser um ativo protegido e tornou-se um alvo dentro de um conflito mais amplo. Seu impacto foi estrutural, limitando permanentemente a possibilidade de restabelecer os fluxos diretos de energia entre a Rússia e a Europa, consolidando assim uma mudança geopolítica de longo prazo.

Essa estrutura estratégica torna-se ainda mais clara ao se considerar a inter-relação direta entre a guerra na Ucrânia e a crise no Golfo. Longe de se desenvolverem isoladamente, ambos os cenários estão conectados por um fio condutor comum: a competição pelo controle dos recursos energéticos e a capacidade das grandes potências de gerenciar múltiplas frentes simultaneamente.

As declarações de Volodymyr Zelensky refletem claramente essa realidade. A dificuldade em avançar nas negociações na Ucrânia não se deve apenas à dinâmica do conflito, mas também à

mudança no foco estratégico dos Estados Unidos em direção ao Golfo Pérsico. Em um contexto em que Washington prioriza a gestão de seu confronto com o Irã, a guerra na Europa Oriental deixa de ocupar o centro do palco, tornando-se subordinada a um conjunto mais amplo de eventos.

CARACTERÍSTICA CENTRAL

Este fenômeno revela uma característica central do sistema internacional contemporâneo: a impossibilidade de isolar conflitos. Decisões tomadas em um teatro de operações têm efeitos diretos em outros. A crise de Ormuz não só impacta os mercados globais de energia, como também altera o equilíbrio na Ucrânia, influenciando os incentivos de atores-chave como a Rússia. A alta dos preços da energia proporciona a Moscou uma margem financeira adicional para sustentar seu esforço de guerra, reduzindo a urgência das negociações.

Ao mesmo tempo, a sobre-extensão estratégica dos Estados Unidos introduz um fator adicional de incerteza. A necessidade de gerenciar múltiplas crises simultaneamente limita sua capacidade de atuar como um mediador eficaz, enfraquecendo sua credibilidade e criando um vácuo relativo que outros atores podem explorar. Nesse contexto, a Ucrânia corre o risco de se tornar uma variável dependente em uma negociação mais ampla entre potências, onde seus interesses específicos são subordinados a objetivos estratégicos de maior escala.

A crise de Ormuz, portanto, amplifica a lógica inaugurada na Ucrânia. Se o conflito europeu marcou o início de uma nova fase de competição energética, o Golfo Pérsico a projeta em escala global. A capacidade de interferir no trânsito de hidrocarbonetos não afeta apenas os preços e o fornecimento, mas também redefine os termos de negociação entre as potências e expõe a fragilidade de um sistema altamente interdependente.

É neste ponto que o conceito de “guerra irrestrita”, formulado por Qiao Liang e Wang Xiangsui, torna-se plenamente relevante. Essa abordagem antecipou um tipo de conflito em que as fronteiras entre forças militares e não militares se tornam difusas. A coerção pode ser exercida por meio de instrumentos econômicos, financeiros, tecnológicos ou energéticos, com efeitos comparáveis - e até maiores - aos de um confronto armado convencional.

Sob essa lógica, tanto o uso de gás pela Rússia quanto sua capacidade de exercer pressão sobre rotas críticas no Golfo não são desvios da ordem internacional, mas sim sua evolução. A guerra não é mais travada apenas no campo de batalha, mas sim na capacidade de interromper os fluxos que sustentam o sistema global.

DIMENSÃO COMPLEMENTAR

Essa interpretação é complementada por uma dimensão do pensamento estratégico contemporâneo. O professor Jiang Xueqin destacou que, em ambientes complexos e incertos, o

poder reside não apenas na acumulação de recursos, mas também na capacidade de adaptação sistêmica. As sociedades mais resilientes não são necessariamente as mais fortes em termos tradicionais, mas sim aquelas capazes de se reorganizar diante de choques externos e transformar a ruptura em vantagem.

Aplicada ao cenário atual, essa abordagem reforça uma ideia central: tanto na Ucrânia quanto em Ormuz, o que está em jogo não é apenas a posse de recursos, mas também a capacidade de gerenciar a incerteza. Os atores que conseguem diversificar suas fontes de energia, garantir suas cadeias de suprimentos e manter a flexibilidade em sua integração internacional estão em melhor posição para sustentar sua influência em um contexto altamente volátil.

Essa mudança de paradigma também redefine a posição das grandes potências. A China fez progressos sistemáticos na diversificação de suas fontes de suprimento, no desenvolvimento de rotas alternativas e na liderança em tecnologias relacionadas à transição energética. Sua estratégia visa não apenas dominar um nó específico, mas também reduzir sua vulnerabilidade estrutural e aumentar sua resiliência a rupturas externas.

Em contrapartida, as economias altamente dependentes de importações de energia enfrentam um cenário mais complexo. A perda de acesso a fontes estáveis e baratas, combinada com a exposição a gargalos estratégicos, cria uma vulnerabilidade que transcende a situação imediata.

ARGENTINA

Nesse contexto global, o papel de atores intermediários como a Argentina emerge com maior clareza. Tradicionalmente distante dos principais centros de conflito, sua relevância cresce à medida em que os recursos naturais se tornam instrumentos de poder. As reservas não convencionais de hidrocarbonetos em Vaca Muerta, o potencial de exportação de gás e petróleo, a capacidade agrícola e a disponibilidade de minerais críticos constituem uma base material significativa nesse novo cenário.

Contudo, a posse desses recursos não equivale automaticamente a poder. Em um mundo definido pela lógica da competição estratégica, a chave reside na capacidade de transformá-los em influência efetiva. Isso requer infraestrutura, estabilidade macroeconômica, previsibilidade regulatória e uma integração internacional que combine autonomia com pragmatismo.

De uma perspectiva estratégica – que concebe o poder nacional como uma construção abrangente – o desafio da Argentina é inequívoco: deixar de ser um território fornecedor de recursos e tornar-se uma potência com capacidade de decisão. Isso exige subordinar toda a política nacional a três pilares inegociáveis: interesse nacional, soberania e autodeterminação. Fora desse contexto, não há estratégia, apenas a gestão da dependência.

Nesse sentido, energia, alimentos e minerais críticos não podem mais ser tratados como meras mercadorias destinadas à geração de divisas. São instrumentos de poder. Sua exploração,

industrialização e comercialização devem responder a uma lógica de integração estratégica, visando fortalecer a autonomia nacional e condicionar – em nosso favor – as relações com atores externos. Em um sistema internacional contestado, aqueles que não utilizam seus recursos como moeda de troca os abandonam.

A convergência da crise de Ormuz e da guerra na Ucrânia marca, em última análise, o fim de uma era. A ordem energética pós-Guerra Fria, baseada na relativa estabilidade dos fluxos e na primazia dos critérios econômicos, foi substituída por um sistema mais fragmentado, politizado e incerto.

Nesse novo cenário, a Argentina se depara com uma oportunidade que surge não de uma mudança em sua geografia, mas de uma alteração na importância estratégica de seus recursos. Mas essa oportunidade não é automática. Ela exige decisão, coerência e uma compreensão clara do momento histórico. Porque num mundo onde a guerra não tem limites, a verdadeira diferença não é feita por quem tem recursos, mas por quem sabe como usá-los como instrumentos de poder.

Publicado no [La Prensa](#).

****Gabriel Camilli** é coronel mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*
